

The logo for 'acep' is displayed in a white, lowercase, sans-serif font within a dark red rectangular box. The background of the entire page is a black and white patterned fabric, possibly a rug or tapestry, featuring a repeating grid of small squares and horizontal stripes.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2009



## ACEP 2009

O ano de 2009 iniciou-se num quadro marcado por alguns reflexos negativos, vindos de 2008, mas também com uma situação nova, com esperadas consequências positivas na vida da organização. Realce-se, em particular, o facto de a pressão até aí exercida nos recursos humanos e algum clima de tensão na relação com algumas instituições, derivada das responsabilidades que vinham sendo assumidas na Plataforma das ONGD, diminuir muito consideravelmente.

De facto, só uma política de desenvolvimento organizacional, seguida com rigor ao longo dos anos, assente na optimização e na gestão integrada de recursos e numa abordagem cuidadosa ao crescimento dos encargos fixos (embora no pleno respeito pelas boas práticas aos nível das condições laborais), permitiu à ACEP entrar em 2009 com a confiança de que as

dificuldades vindas do ano de 2008 não iriam comprometer o futuro da organização. Tal não significa que o ano de 2009 tenha sido um período fácil e, visto de fora, se olharmos um retrato construído só a partir da dimensão financeira da organização, a ACEP terá diminuído conjuntamente a sua dimensão.

### Do relatório de 2008:

**(a acep no sector não governamental português e na relação com as instituições de cooperação)**

O ano de 2008 foi marcado por uma pressão grande sobre os recursos humanos da ACEP devido a tratar-se do último ano do mandato da presidência da Plataforma de ONGD, num contexto de crescentes expectativas externas e exigência de competências internas no domínio político, a par de grandes desigualdades sobre a forma como as organizações membros vêm a sua participação em órgãos dirigentes e as responsabilidades que tal implica. (...)Este ano foi também revelador das contradições ao nível da cultura política e das condicionantes do diálogo com algumas das instituições do Estado com quem as ONGD se relacionam.



(...)Noutros domínios do relacionamento com as instituições da cooperação portuguesa, pela primeira vez desde que existem candidaturas a projectos de Cooperação para o Desenvolvimento e a projectos de Educação para o Desenvolvimento, a ACEP viu todas as propostas apresentadas ao IPAD serem recusadas. Neste quadro das candidaturas e também fora delas (como é o quadro dos pequenos projectos), a ACEP não contou com a aprovação de qualquer financiamento do IPAD para os seus projectos.

Este facto vai obviamente condicionar muitíssimo a actividade da ACEP em 2009, provocando subitamente um nível de instabilidade, não expectável numa organização com uma experiência e competências consolidadas e reconhecidas no panorama das ONGD portuguesas, tanto ao nível da cooperação para o desenvolvimento, como do trabalho com a opinião pública portuguesa.

Tal tem consequências nas condições de acesso ao financiamento europeu, dada a forma como a CE avalia o critério “capacidade financeira” na análise de propostas que lhe são submetidas.

No entanto, e como se verá ao longo deste relatório, a ACEP trazia de trás uma situação financeiramente saudável e tem já um nível de maturidade organizacional que lhe garantiu a suficiente serenidade e auto-confiança nas suas competências para passar as dificuldades deste período.

Assim, nesta conjuntura difícil a ACEP conseguiu, num esforço considerável e para o qual contribuiu o reforço dos corpos directivos:

- manter todos os compromissos com parceiros,
- reforçar a sua intervenção em áreas como a da *advocacy*,
- chegar a públicos mais vastos e influentes,
- encontrar formas de retomar a sua estratégia inicial de cooperação, voltando a criar espaços para a cooperação multi-países e multi-actores,
- continuar a procura de pistas para repensar estratégia e parcerias, conducentes a garantir a coerência com a missão e as formas de a viabilizar

- abrir novas portas ao nível do financiamento, diversificando mais as fontes.

#### **Do relatório de 2008:**

**(sobre os 10 anos de cooperação: “quando tínhamos todas as respostas mudaram as perguntas)**

O contexto em que a ACEP definiu o seu papel no campo da cooperação mudou muitíssimo nestes dez anos. Mesmo numa organização que tem procurado estar atenta aos desafios de um percurso de inovação, é arriscado não desencadear periodicamente processos organizados de interrogação. A criação de algumas rotinas - tantos nos processos como nas iniciativas e relações - se pode ser um sinal de estabilidade, pode levar ao risco de esgotamento de modelos e estratégias que, a pressão do dia a dia acaba por ocultar.

Por outro lado, as grandes mudanças que se vêm também operando na composição, natureza, estratégias, processos e nas práticas de parceria no sector não governamental da cooperação para o desenvolvimento (...) tornam importante a sistematização de alguns dados e experiências (...). Assim, a Assembleia Geral de início de 2008 decidiu que a equipa executiva deveria criar condições para promover um estudo sobre a experiência da ACEP nestes 10 anos, a partir de um olhar externo à organização (...).O estudo foi iniciado na segunda

metade de 2008, por parte de um aluno de mestrado de Ciências Políticas do ICS (...), alguns projectos em curso estão a permitir enquadrar e reforçar as condições de reflexão relativamente ao futuro (...), criam condições de investigação, de debate, de encontro com parceiros nacionais e internacionais - para procurar perspectivar a inserção da ACEP no campo da cooperação para o desenvolvimento e da intervenção em Portugal, de forma a melhor contribuir para mudanças qualitativas nas áreas em que trabalhamos. Isto é válido para as diversas áreas de trabalho, mas também para as relações e alianças que vimos construindo.

O debate, estudo, reflexão, diálogo com alguns parceiros e outras entidades ao longo do ano - sem que tal significasse em algum momento um “congelamento” da organização ou uma qualquer viragem para dentro - vêm conduzindo a um processo que leva a uma abordagem mais cuidada de alguns elementos que articulam missão, áreas de intervenção, estratégias e recursos, com os respectivos riscos, mas também com a necessária criatividade:

### 1. Redesenhar o fio condutor

Este processo está a levar a um recentramento da actividade de desenvolvimento, com uma nova clarificação de um fio condutor, traduzido numa abordagem de “realização de direitos”, na sua multidimensionalidade - cívicos, políticos, económicos, sociais, culturais ou ambientais - em oposição a uma abordagem tendencialmente dominante, na cooperação para o desenvolvimento, de “resposta a necessidades”. Esta abordagem permitirá dar um conteúdo prático ao conceito de governação democrática, e ao reforço das suas instituições, em particular as não governamentais

### 2. Visão global e trabalho integrado

Acentua-se na ACEP uma visão cada vez mais clara que os desafios da cidadania global não se compadecem com visões estanques de áreas e territórios - do tipo “sensibilização e *advocacy* cá”, “acção de desenvolvimento lá” - e que a acção “cá” e “lá” se deve cada vez mais articular, complementar e reforçar. Esta visão pode conduzir progressivamente a uma transversalidade da *advocacy* nos vários temas e territórios de intervenção, como forma de

“ganhar a causa” da realização dos direitos, considerando que a acção de desenvolvimento precisa de ser “advogada”, para facilitar a sua articulação com o meio envolvente

3. Influenciar “a aprendizagem do mundo”  
Simultaneamente, vimos consolidando a noção de que se exige continuar a ir contra a corrente, envolvendo mais e mais gente em oportunidades de realização de “boas práticas”. Tal é particularmente importante em domínios como o dos media e desenvolvimento, cada vez mais determinantes para a “aprendizagem do mundo” (P. Freire), em oposição à solidificação de uma “sociedade do espectáculo” (G. Debord)

### 4. Alargar redes e alianças

Ouvir e ser ouvido, como elemento essencial de enriquecimento mútuo e de multiplicação de efeitos, gera um processo que suscita abordagens múltiplas ao trabalho com outros. Ele precisa cada vez mais de passar, simultaneamente, pelas parcerias mais identitárias, por um lado, e pelas alianças conscientes entre diferentes, por outro, em planos de anéis que se reforçam e que ampliam as “ondas de choque”.

### Cooperação: resposta a necessidades ou realização de direitos?

A cooperação internacional tem tido pouca capacidade de questionar as suas próprias limitações e as dos seus impactos. A fuga traduz-se geralmente numa estratégia de “meter dinheiro em cima dos problemas”, para “responder a necessidades” (havendo sempre quem esteja disponível para o gerir “de forma tecnicamente competente”, “sem riscos”). É disto exemplo o bem intencionado pacote financeiro de apoio à segurança alimentar em África, aprovado em 2009 pelo Parlamento Europeu, como compensação pelas subidas de preços dos bens alimentares resultantes da estratégia de investimento nos agro-combustíveis, mas de que se começam a notar os efeitos perversos.

De facto a política de “resposta a necessidades” reconstrói uma ideologia da dependência, justificadora (moral e politicamente), da substituição e até da sub-contratação das organizações e instituições diversas dos países em desenvolvimento, como se os impactos limitados da cooperação para o desenvolvimento fossem da responsabilidade exclusiva “deles” - ainda com maior auto-desculpabilização “nossa” se houver o álibi do “estado frágil”. Este debate é tão mais urgente quanto, após generalização de uma cultura dominante na cooperação, de desconfiança face ao Estado (do Sul geográfico), com os efeitos de fragilização já conhecidos, se assiste agora à alimentação de uma desconfiança face às organizações diversas da sociedade civil (do mesmo Sul) - em contradição com o discurso da promoção da qualidade da cooperação, do papel determinante das instituições públicas e privadas dos países em desenvolvimento e do acesso prioritário destas aos fundos europeus. Impõe-se contrapor, por isso, uma abordagem de “direito aos direitos” - direitos humanos, direito ao desenvolvimento - e que tal implica olhar o outro, individual e/ou colectivo - dos chamados países em desenvolvimento como indivíduos e comunidades, com direitos, com capacidades, talentos e recursos para os realizar. Uma cultura de reconhecimento e promoção dos direitos terá também outros dois tipos de consequências: uma desminagem do terreno dos impulsos caritativos e uma abertura de pistas para a abordagem à construção da governação democrática.

Da escolha que fizemos entre estas duas abordagens resultam diferentes relações, diferentes processos e seguramente diferentes impactos de longa duração.

A ACEP entra assim em 2010 com um conjunto grande de interrogações, sobretudo tendo em conta a actual lógica dominante da cooperação internacional, mas também com as respostas suficientes para continuar e para mudar. O capital social construído ao longo dos anos, em articulação com as grandes capacidades de realização e também de adaptação a novas oportunidades, são elementos estruturais que fornecem uma base de sustentabilidade. No que se refere à envolvente externa, apesar da evolução problemática das orientações da CE, a nível nacional regista-se uma iniciativa positiva e que pode vir a ajudar a configurar o financiamento às ONGD. Trata-se da iniciativa de criação de uma candidatura por parte da Fundação Gulbenkian, que, embora com um montante muito mais limitado que o do IPAD, pode no entanto, pelo valor simbólico da Fundação, vir a influenciar positivamente as formas de relacionamento e de financiamento a projectos de ONGD.



## INICIATIVAS E PROJECTOS EM 2009

### Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe: Meninos de rua protagonistas dos seus direitos

Iniciado perto do final do ano, este projecto procura articular diversos elementos estratégicos:

- uma procura de abordagem à realização dos direitos, neste caso de crianças vítimas de tráfico, perdidas durante conflitos armados, abandonadas pelas famílias e/ou de famílias extremamente pobres, valorizando as capacidades das próprias crianças e jovens, favorecendo a sua descoberta pelos próprios e pelas comunidades envolventes
- uma procura de soluções entre organizações de trabalho em contextos de diferentes, a partir das suas experiências, contribuindo para um reforço das suas capacidades que não

assenta na estratégia esgotada da “formação, formação”, mas antes facilita a criação de oportunidades de intercâmbio, de aprender fazendo, aprender vendo, aprender confrontando

- uma abordagem que integra a realização de direitos com um trabalho de *advocacy*, baseado em instrumentos produzidos pelas próprias crianças, com recurso as formas de expressão artística.

Sendo uma aposta conjunta da associação Okutiuka, de Angola (Huambo), da AMIC, da Guiné-Bissau e da Fundação Novo Futuro, de S. Tomé e Príncipe, ela foi apoiada pelos Estados membros da CPLP, que decidiram pelo seu financiamento e veio a contar depois também com um co-financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian.

O projecto vai ter também a participação da ONGD Cientists in the World (educação pela/para a ciência) e dos colaboradores Alain Corbel (ateliers de ilustração) e Orlando Garcia (estudo das estratégias das ONGs nestes domínios).

### Sto Antão, Cabo Verde: Desenvolvimento Institucional e Participação Comunitária



Iniciado em Janeiro de 2007 e com termo em Março de 2010, o projecto está centrado no reforço das associações locais e das actividades passíveis de alguma inovação e de geração de novos rendimentos para as famílias e de capacidade de iniciativa local.

Com apoio financeiro da UE intervém nos concelhos do Paul e Ribeira Grande, que reúnem a maior parte da população rural de Santo Antão.

Tem sido desenvolvido pelos parceiros locais AMIPAÚL e OADISA, com colaboração também da ONG espanhola IEPALA.

Neste último ano o projecto tem-se centrado em actividades de capacitação e de consolidação das actividades económicas. Têm sido exploradas estratégias de diversificação, em particular por parte dos grupos de senhoras que já produzem os licores e compotas com a marca “Sabores d’ nha Terra”, alargando por exemplo à produção de pão. Na capacitação, para além das formações, tem havido um acompanhamento de um técnico da OADISA às associações, para apoio à elaboração dos planos de negócio. No domínio do artesanato,

actividade só abordada este ano, um técnico cabo-verdiano realizou o levantamento das actividades e artesãos nos três concelhos, sugerindo algumas prioridades neste domínio. Como consequência, uma das últimas acções de formação em preparação (e que decorrerá já em 2010) será no domínio da tecelagem, com a colaboração da Directora da cooperativa ARTISSAL, da Guiné-Bissau, a Mariana Ferreira, com um trabalho nacional e internacionalmente reconhecido na recuperação e valorização dos saberes tradicionais neste domínio.

### **Guiné-Bissau: Apoio às actividades das associações comunitárias em Tite e Fulacunda**

Este projecto, em parceria com a RA - Rede Ajuda Cooperação e Desenvolvimento, ONG guineense, tem como objectivo reforçar os grupos e associações de mulheres camponesas



© Fátima Proença

nos sectores de Tite e Fulacunda, no sul da Guiné-Bissau.

Após um primeiro ano de novas actividades ou de introdução de novas formas de fazer, realizadas com o apoio financeiro do IPAD, procurou-se ao longo de 2009 consolidar e aproveitar integralmente os recursos obtidos na primeira fase - o acesso melhorado a água, a existência de uma canoa a motor em apoio da comercialização, a existência do centro comunitário para actividades de formação com as mulheres, entre outras.

A proposta entretanto aprovada pelo IPAD para um segundo ano de financiamento irá permitir a introdução de algumas actividades de transformação agro-alimentar, recuperar a produção de arroz e procurar responder alguns desafios ao nível da organização comunitária, em particular quanto ao papel das mulheres a todos os níveis.

Nesta região 69,1% da população vive em situação de pobreza, que afecta de modo mais agudo as mulheres.

A região de Quinara tem fraca cobertura das infra-estruturas sócio-económicas de base, regista diminuição dos volumes de chuva, degradação dos níveis de fertilidade dos solos, degradação da produção orizícola - naquela que foi a segunda principal região produtora de arroz - e grande dependência da cultura de caju.

A canoa a motor, disponibilizada na fase anterior do projecto, é praticamente a única forma de escoamento dos produtos e de apoio à comercialização, em direcção ao mercado principal que é a cidade de Bissau, para além de meio de transporte para as populações.

### E em Buba: mulheres, auto-emprego e auto-confiança



Em complementaridade ao trabalho em Tite e Fulacunda e como forma de aumentar os seus impactos e estendê-los a uma área geográfica maior, a ACEP candidatou-se a um fundo de apoio a projectos, aberto pela Fundação Calouste Gulbenkian. Nos seis projectos seleccionados inclui-se a proposta da ACEP, em colaboração com a RA, para apoio a novas actividades económicas das mulheres, acompanhadas de um trabalho de sensibilização para problemas da saúde, nomeadamente os derivados de práticas tradicionais.

As actividades vão decorrer em articulação com autoridades locais e com a rádio comunitária local, a Rádio Papagaio e têm início acordado para Janeiro de 2010.

Destacam-se duas actividades económicas: a produção de “Bubacalhau” - peixe salgado com método equivalente ao bacalhau - por parte da Associação das Mulheres do Rio Grande de Buba e a criação de uma unidade de produção de sabão em Fulacunda.

Estas actividades vão pressupor a introdução de algumas tecnologias novas e acções de formação especializadas.



## São Tomé e Príncipe: Reforço da Federação das ONGs

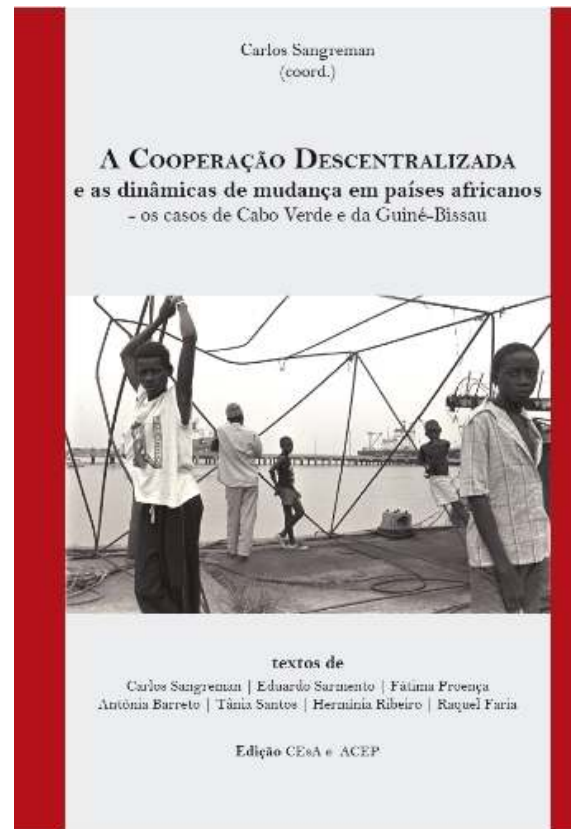
Iniciado também no final do ano, este projecto tem previsto um conjunto de actividades de reforço da Federação das ONG de S. Tomé e Príncipe e foi aprovado para co-financiamento pelo IPAD na candidatura das ONGD de 2009, prevendo-se nesta fase uma duração de dois anos.

As actividades incluem um estudo sobre recursos humanos das ONG santomenses, a elaboração de um plano de formação com formatos diversos, um estágio de quadros da FONG na Plataforma de ONGs de Cabo Verde e a criação de um espaço próprio de trabalho para a FONG e de apoio às ONG santomenses.

Para a realização deste projecto a FONG vai contar com um estágio ao abrigo do programa INOVUMUNDUS, que deverá decorrer ao longo de 2010.

Pelo segundo ano consecutivo, a União Europeia excluiu São Tomé e Príncipe dos países ilegíveis para projectos da iniciativa das ONG.

## Cabo Verde, Guiné-Bissau e Portugal: Investigação sobre Cooperação Descentralizada



A parceria da ACEP com o CESA, do ISEG, e com a Universidade de Aveiro, coordenada pelo Carlos Sangreman, em torno do projecto de investigação, apoiado pela FCT, concluiu os trabalhos em 2009. Incluiu uma abordagem das experiências e impactos da cooperação das ONGD, Municípios e Universidades no desenvolvimento e na governação em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, entre 2000 e 2004. Na fase final, avançou-se na concepção de um modelo de Observatório independente da Cooperação. O CESA e a ACEP elaboraram a publicação, com os documentos produzidos. Este projecto, bem como os que são apresentados imediatamente a seguir, e a participação permanente no trabalho *Aidwatch* da Plataforma de ONGD vêm permitindo criar espaços de reflexão e debate sobre as melhores formas de construção de conhecimento empírico útil e de monitorização de políticas. Atendendo aos recursos limitados existentes naqueles projectos tornou-se valioso um apoio recebido da campanha do Milénio das Nações Unidas, que permitiu articular e evitar descontinuidades o trabalho nos diversos âmbitos.

## Portugal: Sensibilização para a Cooperação Descentralizada



Em articulação com o projecto anterior, de investigação, a ACEP concluiu também este ano, um projecto de “Educação para o Desenvolvimento”, co-financiado pelo IPAD, este numa perspectiva de sensibilização / formação.

Neste ano de 2009 as actividades centraram-se na finalização do documentário “Construir o paraíso aqui”, sobre actores cabo-verdianos e guineenses da cooperação descentralizada, na

edição da documentação produzida ao longo do projecto e na sua divulgação e distribuição gratuita a uma grande diversidade de entidades (por exemplo todas as bibliotecas municipais, de universidades, ONGD, fundações, municípios e pessoas relacionadas com a cooperação, com o desenvolvimento e dos media).

A sessão final do projecto decorreu no quadro dos “Dias do Desenvolvimento”, onde foi apresentado o documentário bem como um conjunto de reflexões por parte de parceiros africanos (de Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau) e europeus convidados para o efeito (Itália e Holanda).

## Dias do Desenvolvimento: De Paris a Accra...



Numa iniciativa do IPAD, decorreu a segunda edição dos “Dias do Desenvolvimento”, um espaço desenhado à semelhança da iniciativa europeia com o mesmo nome.

No primeiro ano a ACEP decidiu-se pela participação, com três iniciativas, para atingir públicos diversificados:

- a organização de um stand próprio dedicado às edições da ACEP,
- a organização de um debate sobre a estratégia da Cooperação Portuguesa e a estratégia saído da Cimeira Europa-África

- a apresentação da exposição de fotografia e textos “A Partilha do Indivisível”, sobre o trabalho de organizações cabo-verdianas. A avaliação positiva levou-nos a decidir pela participação também em 2009. No entanto, neste ano a participação assumiu contornos diferentes já que o IPAD tendo decidido a inclusão de 3 debates centrais em auditório, convidou a ACEP a conceber e organizar um deles.

“De Paris a Accra - os caminhos da eficácia do desenvolvimento” foi o tema proposto ao IPAD bem como à Associação Objectivo 2015, organização a quem a ACEP propôs que se juntasse a esta realização.

Para o debate, com cerca de 300 participantes, foram convidadas a parlamentar inglesa e ex-ministra do Desenvolvimento Clare Short, a Directora da Campanha do Milénio Evelyn Erfkens e o coordenador da rede de sociedade civil CIVICUS, com sede na África do Sul Henri Valot, dando origem a um confronto de perspectivas sobre as condições de qualidade da cooperação e do desenvolvimento.

Na avaliação feita pelo IPAD às realizações dos Dias do Desenvolvimento, este debate foi classificado em primeiro lugar pelos participantes da avaliação.

### ... Construir o paraíso aqui

A segunda iniciativa da ACEP - articulada com a anterior - foi a apresentação do documentário “Construir o paraíso aqui”, seguido de debate com os participantes e para o qual alguns

parceiros africanos e europeus haviam preparado contribuições. Da mesa fizeram parte o jornalista Paulo Nuno Vicente, que realizou o documentário, o Prof. Fernando Ramos, da Universidade de Aveiro, instituição que também contribuiu para viabilizar o documentário, Mário Moniz, da Plataforma de ONGs de Cabo Verde, Augusta Henriques, da ONG guineense Tiniguena e Fátima Proença, da ACEP.

Pensado para debater os dois lados da cooperação descentralizada, acabou por ter intervenções, por parte da assistência, muito centradas na construção das imagens de África, não só junto dos públicos europeus mas também das Diásporas africanas.





### ***AidWatch*: monitorização da política de cooperação**

Pelo terceiro ano a Plataforma das ONGD portuguesas participou no processo europeu de análise da cooperação para o desenvolvimento dos estados membros. A ACEP tem estado envolvida activamente neste processo desde o seu lançamento em Portugal, e que tem dois pontos fortes no ano:

- o lançamento de um relatório de análise da Cooperação para o Desenvolvimento, antes do Conselho Europeu dos Ministros de Desenvolvimento, em Maio (após a divulgação pelo CAD da OCDE dos primeiros números relativos ao ano anterior)
- a realização de uma análise à execução do Programa Orçamental da Cooperação portuguesa (PO 5), a partir do momento em que são divulgados os números definitivos e se prepara o debate sobre o orçamento do ano seguinte.

A articulação destes dois elementos, iniciada em 2008, representa o início de uma estratégia

de monitorização da política de cooperação e de *advocacy* no quadro da Plataforma Portuguesa de ONGD, envolvendo várias organizações membro.

No final de 2009, com o adiamento do debate do Orçamento de Estado devido às eleições e também com alguma instabilidade devida às

mudanças ocorridas na Plataforma, não foi possível avançar com a análise do PO 5, como preparação do debate do Orçamento - num ano em que se veio depois a verificar que o governo tinha eliminado esse elemento de transparência do Orçamento para a Cooperação, o PO 5, sem que o tivesse substituído por algo equivalente.

#### **Monitorização de políticas públicas e legitimidade**

A ACEP tem feito um investimento considerável em termos de tempo e recursos neste dossier, já que nos parece que a monitorização das políticas públicas são processos não só de exercício de direitos de cidadania, mas também de exercício de dever enquanto organização da sociedade civil, de contribuição para processos de aprendizagem colaborativa, envolvendo organizações da sociedade civil, mas também instituições da administração do estado, os órgãos da sua fiscalização, o parlamento, as universidades e os media.

Creemos no entanto, que este processo de monitorização - com um enfoque adicional na transparência, tal como aprovado no Fórum de Alto Nível de Accra - para beneficiar de toda a legitimidade de que necessita, precisa ser acompanhado por um processo da mesma natureza no que respeita às responsabilidades e acções das ONGD na cooperação, na ajuda humanitária e na relação com a população portuguesa.

No caso das ONGD, dado que há um conjunto de valores que fazem teoricamente parte da sua matriz original, nota-se por vezes uma recusa a abordar estes temas, como se o estatuto de ONGD e a definição de sem fins lucrativos as isentasse de algumas obrigações - ou as limitasse às estritas obrigações legais.

A qualidade da cooperação e da acção humanitária das ONGD, a sua transparência face aos cidadãos portugueses e as medidas que adoptam para o efeito, precisam ser também escrutinadas, não só por imperativo ético, mas também porque, todos sabemos, no melhor pano cai a nódoa - e ela não pode alastrar ao tecido inteiro.

### **E-Glodev: parceria internacional sobre o 3º sector**

Iniciado em Outubro de 2009, e com duração de dois anos, o projecto “E-Glodev, E-Learning training for a Global Development” constitui para a ACEP um desafio a vários níveis.

O projecto, que decorre no âmbito do programa europeu *Lifelong Learning Programme - Leonardo da Vinci*, visa a criação de um pacote formativo em formato de *e-learning* para gestores e técnicos de organizações do Terceiro Sector, nomeadamente ONGD.

Por um lado, este projecto configura uma aposta alargar as parcerias europeias: envolve 4 países (Itália, Bélgica, Roménia e Portugal) e 8 organizações (FOCSIV, ASCOM, IULM, SNALS, Entraide et Fraternité, PARADA, PROACT e ACEP), permitindo estabelecer pontos de contactos com entidades diferentes e diversificadas (federações de associações de voluntariado, centros de investigação, sindicatos, fundações) na procura de metodologias comuns de formação para um 3º

sector que se caracteriza também ele por esta multiplicidade de organizações.

Por outro lado, o projecto permite à ACEP aprofundar o conhecimento do chamado Terceiro Sector e desenvolver uma reflexão sobre o lugar que ocupa a cooperação para o desenvolvimento neste sector, em Portugal e na Europa.

Este projecto constitui não só uma abertura para novas oportunidades de aprendizagem institucional, contribuindo para aumentar o know-how da ACEP, como também explora novas oportunidades tanto ao nível de parcerias como de acesso a novos recursos, como é o Programa Leonardo.

A participação da ACEP está focada no contexto específico das ONGD, mas participa igualmente na abordagem aos outros tipos de organizações. Em 2010 o projecto fará uma reunião a meio percurso em Lisboa com a participação de todas as organizações envolvidas. O projecto conta com um conselho científico do qual faz parte a Rosana Albuquerque, membro da direcção da ACEP e com formação especializada na área.

## INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

### Instrumentos de sensibilização sobre Cooperação Descentralizada e o papel das organizações locais



No quadro do projecto de sensibilização sobre cooperação descentralizada, co-financiado pelo IPAD, a ACEP finalizou em 2009 a produção de dois instrumentos também de sensibilização e comunicação:

- “Construir o paraíso aqui”, um documentário;
- “Entre Norte e Sul reequilibrar poderes, reforçar solidariedades e favorecer mudanças”, uma publicação.

O documentário foi concebido com orientação expressa de criar um espaço de voz a intervenientes, do outro lado da cooperação - neste caso guineenses e cabo-verdianos - e de valorização da sua reflexão e iniciativas no domínio da cooperação e do desenvolvimento. Realizado pelo jornalista da Antena1, Paulo Nuno Vicente, imagem e montagem de Luís Melo, da Universidade de Aveiro e grafismo de Ana Grave, teve a sua primeira apresentação pública no quadro da 2ª edição dos “Dias do Desenvolvimento”.

Com o apoio do IPAD o documentário pôde também ser levado de volta a Cabo Verde e à Guiné-Bissau, onde foi projectado respectivamente no Palácio da Cultura Ildo Lobo

(Praia) e Centro Cultural Português (Bissau), em colaboração com organizações parceiras locais. Em resposta ao convite do Festival Internacional de Documentário sobre Mundo Rural, na Cidade de Nitra, na Eslováquia, o documentário foi aí apresentado, tendo recebido o Prémio Cidade de Nitra.

A publicação (que inclui em encarte também o documentário) foi organizada a partir de documentos diversos de reflexão e sensibilização sobre a temática da cooperação descentralizada, numa edição coordenada pela Ana Filipa Oliveira, jornalista, que tem vindo a integrar a equipa da ACEP no quadro dos estágios do Programa InovMundus.

Distribuídos de forma alargada e gratuita, ambos os documentos tem favorecido iniciativas de debate em contextos diversos.

Alguns dos documentos do livro começam a ser referenciados em trabalhos de alunos do ensino superior, ao nível de licenciatura e de mestrado.



## www.acep.pt: o sítio da acep

Em 2009 a ACEP levou a cabo uma renovação dos instrumentos de comunicação - procurando manter o mesmo registo, nomeadamente ao nível do espaço na internet.

A preocupação relativamente ao sítio foi a de permitir dar uma ideia da organização, da sua missão e das actividades que a concretizam. Procurou-se uma criação gráfica cuidada e que não implique uma actualização permanente, dada a inexistência de recursos próprios para o garantir. A reformulação contou com a colaboração de um técnico informático, o João Rosa, o grafismo da Ana Grave e o seguimento e conteúdos da Ana Filipa Oliveira.

O novo sítio tem uma nova funcionalidade, que é a de uma loja on-line, onde se divulgam os recursos e permite o acesso seja sob a forma de venda seja só com pagamento de portes, conforme os casos.

Os conteúdos não sofreram alterações de monta, continuando centrados em cumprir dois objectivos - informação e transparência.



## Cantos do Sul: mudar a forma, manter o conteúdo



*Cantos do Sul*

No âmbito da iniciativa de reformulação dos instrumentos de comunicação regular a ACEP renovou também a *newsletter*, Cantos do Sul, a partir de Outubro. Com criação gráfica também da Ana Grave e conteúdos da Ana Filipa Oliveira, a *newsletter* mantém no entanto o formato inicial: notícias curtas, da ACEP, dos parceiros, de iniciativas que nos parecem

interessantes, sugestões de leitura, a que se vêm juntar também propostas no âmbito das artes e da comunicação. O cabeçalho passa a incluir uma foto de colaboradores, com pessoas e temas com que a ACEP se relaciona.

## 52 semanas: uma agenda dos direitos

Iniciado em 2009, este projecto partiu de um desafio externo à ACEP, por parte de criativos que conosco têm trabalho em projectos de informação, comunicação e sensibilização para o desenvolvimento, o atelier Silva Designers, que ofereceram o seu trabalho criativo.

O projecto parte da recolha de colaborações de jornalistas, ilustradores, fotógrafos, portugueses e de outros países, com histórias de pessoas, organizações, situações que representem a realização ou a violação de direitos humanos na sua multi-dimensionalidade (sociais, económicos, cívicos, culturais, ambientais) e

pretende num formato misto livro/agenda, e, depois em blog, ao longo de 52 semanas, “desocultar”, debater, repudiar ou valorizar - e reunir gente, de vários pontos do mundo, à volta das pequenas e grandes histórias que nos ajudam a compreender o mundo e sobre ele agir.

Planeado para ser editado no final de 2010, conta já com um grande número de colaborações de jornalistas, fotógrafos e ilustradores, como Adelino Gomes, Adriano Gomes, Alain Corbel, Alexandra Lucas Coelho, Alexandra Prado Coelho, Ana Dias Cordeiro, António Marujo, Isabella Balena, João Paulo Baltasar, João Rosário, Paola Roleta, Paulo Buchinho, Paulo Nuno Vicente, Pedro Rosa Mendes, Rita Colaço, Sofia Branco.



## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2009

### EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DA ORGANIZAÇÃO:

#### os recursos humanos

Em 2009 não houve alteração significativa nos recursos humanos. A ACEP manteve como recursos humanos

- Remunerados: 1 Directora Executiva, 2 Técnicos, 1 Gestora de projectos e 1 Contabilista. Nos técnicos inclui-se um estágio de longa duração (um ano) ao abrigo do Programa InovMundus
- Em prestações pontuais continuou a ter a colaboração de 1 criativo e contratou um especialista informático para a renovação do site.
- Manteve-se o Contrato de serviços de auditoria às contas da ACEP, com 1 Revisor Oficial de Contas.

- Pro bono: 1 Assessora Jurídica pro bono de carácter permanente.
  - Colaborações regulares em projectos: especialistas em áreas de formação como o Desenvolvimento Comunitário, ou Avaliação e investigadores nos domínios da Pobreza / Bem estar, Cooperação Descentralizada ou Políticas Sociais.
- A generalidade dos colaboradores são também sócios da ACEP, já que a organização tende a promover uma aproximação do estatuto de sócio ao de colaborador e vice-versa. No total, envolve para cima de 20 pessoas regularmente.

#### os corpos gerentes

Em 2009 realizaram-se eleições para os corpos gerentes da associação, tendo a Direcção da ACEP passado de três para cinco membros. Os novos corpos directivos da ACEP são constituídos por:

#### Conselho Directivo:

- Presidente - Maria de Fátima de Lonet Delgado e Oliveira Sangreman Proença
- Membro - Fátima Belo de Carvalho
- Membro - Luisa Claudia Vitorino Bugalho Alves da Silva
- Membro - Rosana de Lemos de Sousa Albuquerque
- Membro - Tânia Helena Assunção Franco dos Santos

#### Mesa da Assembleia Geral

- Presidente - Maria de Jesus Andrade Belo
- Vice-Presidente - Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto
- Secretário - Rui Pedro Dias de Oliveira

#### Conselho Fiscal

- Presidente - Ricardo Jorge Alcobia Granja Rodrigues
- 1º Vogal - Ana Sofia Figueiredo Pinheiro
- 2º Vogal - Hermínia Susana Henriques Gamito Ribeiro



## os recursos financeiros

Em 2009 a ACEP recebeu novos fundos num montante de 341.663 euros (319.266 em 2008), que compensa o decréscimo em 2008 e recupera o nível atingido em 2007. Cerca de 42% têm origem em diversas instituições públicas portuguesas (49% em 2008), os fundos europeus diminuíram para 26% (embora parte do decréscimo se deva a atrasos na entrada de fundos europeus devidos), os fundos de instituições multilaterais atingiram os 21% e os fundos próprios e donativos mantiveram os 12%. De assinalar o acesso importante a fundos de instituições multilaterais (inexistentes anteriormente) e a iniciativa de abertura de linha de financiamento a ONGD, pela Fundação Gulbenkian, a que a ACEP acedeu. A parte dos fundos públicos portugueses com origem no IPAD estão concentrados nas candidaturas do ano de 2009 e em reembolsos de projectos anteriores. A recusa, por parte do IPAD, de todos os projectos que a ACEP apresentou para co-financiamento em 2008, reflectiram-se

negativamente em 2009, como previsto no relatório de 2008. O relatório financeiro chama a atenção para os impactos negativos que uma situação destas tem na vida de uma ONGD, que, ao longo dos anos, tem feito um esforço considerável de garantir o acesso a fundos europeus - acesso pode agora ser comprometido devido a uma anormal contracção do volume

financeiro, patente nas contas de 2009, pela ausência de qualquer financiamento daquele que tem sido o seu 2º maior financiador. O quadro em baixo reporta-se aos financiamentos recebidos - e que no que se refere a 2008 os fundos ali incluídos do IPAD referem-se às candidaturas de 2007.

Origem de novos fundos recebidos										
	2005 (€)	%	2006 (€)	%	2007 (€)	%	2008 (€)	%	2009 (€)	%
Fundos portugueses	67977	25	95.306	43	70.671	21	157.004	49	144.421	42
Fundos europeus	162679	61	159.324	40	233.036	68	122.849	39	88727	26
Fundos multilaterais	0	0	0	0	0	0	0	0	71593	21
Donativos e outros fundos próprios	37.702	14	62.988	17	38.641	11	39.413	12	36922	11
<b>Total recebido</b>	<b>268358</b>	<b>100</b>	<b>317.618</b>	<b>100</b>	<b>342.348</b>	<b>100</b>	<b>319.266</b>	<b>100</b>	<b>341663</b>	<b>100</b>